

'Plano Baker defende um crescimento maior'

ESTADO DE SÃO PAULO

MARIA CECÍLIA TEIXEIRA

A estratégia delineada pela administração Reagan para lidar com a crise da dívida externa do Terceiro Mundo, conhecida como "Plano Baker", foi defendida ontem — em entrevista via satélite, em circuito fechado — pelo subsecretário do Tesouro dos EUA, David Mulford. Falando de um estúdio de TV em Washington, Mulford respondeu às perguntas de jornalistas de São Paulo, Buenos Aires, Caracas, México, Santiago e São Domingos, durante uma hora.

O subsecretário do Tesouro americano ressaltou que os três pontos básicos do plano endossam políticas orientadas para o crescimento, em substituição àquelas voltadas para a austeridade. De acordo com Mulford, o "Plano Baker" (PB) busca um compromisso dos devedores, no sentido de renovar seus esforços e promover mais ajustes em suas economias, em um processo onde a ênfase seja o crescimento, "mais do que tem sido até agora". Envolve ainda um compromisso por parte dos bancos credores, de reunir US\$ 20 bilhões nos próximos três anos, que, "em princípio", estariam disponíveis para as nações que demonstrassem interesse em empreender políticas que atendam as condições estabelecidas pelos bancos.

Um outro alvo do PB seria, segundo Mulford, fortalecer o papel das instituições financeiras internacionais. "O FMI teve papel principal até agora e esperamos que continue assim. Porém, gostaríamos de promover um crescimento maior para o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, pois achamos que eles dispõem de recursos e práticas adequadas para ampliar suas operações com os principais devedores da América Latina", ressaltou.

UMA CONCESSÃO?

A iniciativa Baker não é, segundo Mulford, uma concessão política, mas um reconhecimento de que a situação das dívidas externas e seus problemas deverão persistir por mais algum tempo. A seu ver, a estratégia utilizada até então tem sido bem-sucedida, na medida em que já se nota uma substancial melhora em termos de equilíbrio de conta corrente e, em muitos países, está ocorrendo uma restauração do crescimento econômico que, "embora considerado insuficiente, não deixa de ser positivo".

O subsecretário do Tesouro norte-americano reconhece, no entanto,



Baker: 3 pontos básicos

que a atual estratégia apresenta problemas, como a "fadiga" crescente, na maioria dos países devedores, com relação ao processo de ajuste econômico. "Em qualquer caso, os países se deparam com problemas políticos, queixam-se de que já sofreram austeridade em demasia e que precisam encontrar um meio de se comprometer com maior ênfase, no futuro, com políticas de crescimento. Como o problema é complexo, devedores, bancos comerciais e instituições financeiras internacionais devem trabalhar juntos, buscando as soluções", pondera.

Mulford estima que os 15 países mais endividados deverão receber, nos próximos três anos, cerca de Cr\$ 29 bilhões, oriundos dos bancos internacionais privados, Banco Mundial, Bird e certo fluxo de investimentos diretos. Para os bancos, isso representará um acréscimo de 2,5 a 3,0% ao ano em suas carteiras de empréstimos — que têm tido evolução zero nos últimos tempos e um crescimento negativo no caso dos bancos norte-americanos. Mulford acredita também que o mercado de crédito voluntário deverá ser restabelecido no futuro e que até lá nações como a Coréia, por exemplo, deverão beneficiar-se de novos créditos, na mesma escala dos 15 maiores devedores.

LEGISLAÇÃO

O subsecretário do Tesouro dei-

xou claro que a legislação bancária norte-americana não será mudada. Afirmou ser interesse dos próprios bancos o fornecimento de recursos adicionais, como o sugerido pelo "PB". "Não daremos incentivos especiais a eles, não vamos alterar regulamentos, nem daremos garantias pelos novos empréstimos. Alguns bancos acreditam que talvez possa haver conflito entre a política atual e a aplicação real de certos regulamentos.

Por isso, concordamos em estudar esses pontos, mas nenhuma mudança legislativa está sendo cogitada", sentenciou Mulford.

Em seu entender, os EUA têm tido êxito quanto à redução dos juros internacionais e enfraquecimento (real) do dólar com relação às demais moedas. Ressaltou que os juros foram reduzidos em mais da metade, com relação ao "pico" alcançado em 1981. Lembrou os problemas domésticos enfrentados pelos Estados Unidos, como a questão do déficit e reafirmou o compromisso da administração Reagan para solucionar tais problemas. De acordo com Mulford, os devedores devem adotar políticas compressivas em termos macroeconômicos e, "se forem implementadas políticas cambial e monetária realistas, os investimentos locais serão estimulados, dando ao mercado amplitude suficiente para atrair investimentos estrangeiros. Assim, a fuga de capital será evitada", assinalou. Mulford defendeu ainda ajustes estruturais nas economias dos devedores e a adoção de medidas como a desestatização, maior abertura comercial, redução dos subsídios e medidas antiinflacionárias mais fortes — além de melhor acolhida aos investimentos estrangeiros.

O subsecretário do Tesouro dos EUA enfatizou a necessidade de resolver as questões relativas à dívida externa, caso a caso. "Isso é fundamental, na medida em que seria impossível chegar a uma solução generalizada para todos os endividados, do tipo capitalização dos juros, ou alternativas similares. Devemos lidar com o problema no âmbito financeiro. Seria contraproducente politizar essa questão, pois isso poderia gerar um confronto entre credores e devedores, que não interessa a ninguém. Seguiremos atentamente as negociações, caso a caso, ajudando em sua execução e que os devedores implantem suas políticas de ajuste, conscientes de que são para seu próprio bem e não por serem ditadas pelo FMI", concluiu.